

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 089
Período: de 09/07/03 a 16/07/03
Franca – Brasil

1- Após aprovar reforma da Previdência, governo deve modificar aposentadoria de militares

2 - Decisão judicial decreta abertura de arquivos secretos das Forças Armadas sobre a Guerrilha do Araguaia

3 - Israel poderá usar a Base de Lançamentos de Alcântara

Após aprovar reforma da Previdência, governo deve modificar aposentadoria de militares

Baseado em diagnóstico obtido pelo Ministério da Previdência que aponta o aumento do *déficit* do sistema de aposentadorias das Forças Armadas, o governo brasileiro deve negociar no Planalto mudanças no regime de aposentadoria dos militares. De acordo com o jornal *O Globo*, o ponto mais polêmico do texto proposto pelo governo diz respeito à criação de um teto de R\$ 2.400 para as pensões e à redução de 50% nas pensões que ultrapassam este valor. Segundo o jornal, os militares estão dispostos a aceitar apenas as propostas de aumento de tempo de permanência na ativa de 30 para 32 anos e de cobrança de contribuição previdenciária de alunos e cadetes das escolas militares. Atualmente os alunos e cadetes das escolas de formação podem contar o tempo de escola para fins de transferência para a reserva sem, contudo, recolher para a previdência. Outra medida proposta é o aumento da contribuição, que hoje é de 7,5% para fins de pensão, para 11%. Membros da alta patente advertem que a diminuição do valor da pensão das viúvas e de filhas de militares pode resultar em inúmeras ações judiciais. Em 2000, uma medida provisória alterou as regras da Lei de Remuneração dos Militares, acabando com direitos que antes lhes eram conferidos de se aposentar com salário de um posto acima, de contar com tempo de licença especial não utilizada em dobro para a aposentadoria e de possibilitar que suas filhas solteiras usufruam a pensão vitalícia. Desta vez, o governo pretende que as mudanças sejam instituídas por meio de projeto de lei complementar. Para tanto, será necessário alterar regras do Estatuto dos Militares, da Lei das Pensões e da Lei de Remuneração dos Militares (*O Globo – O País – 10/08/03*)

Decisão judicial decreta abertura de arquivos secretos das Forças Armadas sobre a Guerrilha do Araguaia

Nos dias 12 e 13 de agosto o jornal *Correio Braziliense* publicou reportagens especiais baseadas em depoimentos de guerrilheiros e ex-guerrilheiros já mortos da guerrilha do Araguaia, documentados no Superior Tribunal Militar (STM). A determinação da juíza da 1ª. Vara Federal, Solange Salgado, para que a União quebre o sigilo de todas as informações oficiais existentes sobre o confronto armado do Araguaia e localize as prováveis sepulturas de mortos durante o confronto, juntamente com a publicação do jornal *Correio Braziliense* de vários depoimentos, estão provocando repercussões no governo, nas Forças Armadas e nas famílias dos desaparecidos do confronto. A guerrilha do Araguaia foi um movimento armado, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), que atuava contra a ditadura militar. Um grupo de 69 pessoas ocupou a região entre os Estados do Pará, Tocantins e Maranhão. A estratégia era começar, em 1966, a implantação do comunismo pelo campo e, depois, levá-lo às cidades. O Exército descobriu a existência do movimento em 1971 e no ano seguinte iniciou um confronto

armado contra o grupo que durou até 1974. O Ministério da Justiça contabiliza 61 desaparecidos e somente três sobreviventes, entre eles o mais conhecido é o atual presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoíno, que já se manifestou sobre a decisão judicial afirmando que apesar de considerar válida a publicação das informações, se posiciona contra qualquer atitude revanchista, que utilize politicamente os depoimentos ou então, que sirva de base para uma eventual reabertura da investigação do confronto ocorrido há 30 anos atrás. O governo está adotando postura semelhante à do presidente do PT, pois já mostrou que, embora dificilmente a Advocacia Geral da União (AGU) recorra contra a determinação, não há qualquer pretensão de iniciar um conflito com as Forças Armadas e, muito menos dar conotação revanchista à ordem judicial. A decisão sobre a abertura dos arquivos está sendo analisada reservadamente entre o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o da Defesa, José Viegas, além do advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa. Por ora, o presidente Luis Inácio Lula da Silva não tem tratado do tema com os comandantes militares. De acordo com o deputado Greenhalgh, que é o autor da ação judicial, a decisão não se dirige aos militares, mas à responsabilidade da União Federal no caso da Guerrilha do Araguaia, e por essa razão afirmou que “ninguém pode colocar as Forças Armadas no banco dos réus”. Também é do próprio deputado Greenhalgh a idéia que será proposta ao governo: indenizar as famílias de agricultores e moradores da região atingidos indiretamente pelo confronto ente os militares e o movimento revolucionário, sob argumento de que na época não havia muitas pessoas na região e que pelo menos a maioria está identificada nos documentos oficiais. Outra medida governamental a ser tomada em breve é a criação de um banco de DNA dos familiares de pelo menos 60 dos desaparecidos durante a Guerrilha do Araguaia e coletar informações genéticas que possam identificar as diversas ossadas que foram ou serão encontradas no local. O banco de DNA funcionará na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e seu controle será disponibilizado ao Ministério da Justiça, que controla hoje a Comissão dos Desaparecidos Políticos. Por sua vez, as famílias dos guerrilheiros desaparecidos durante os conflitos do Araguaia decidiram participar das negociações a respeito das possíveis investigações sobre o paradeiro dos corpos de seus familiares. Estes se reuniram no dia 13 último com o deputado Greenhalgh (que também é advogado das famílias na ação judicial que exige a quebra do sigilo dos documentos sobre a guerrilha) para discutir os passos a serem dados para pressionar o governo. Sabendo da oposição de alguns setores do governo, os parentes dos desaparecidos decidiram dialogar diretamente com os envolvidos no caso e tentariam conversar neste dia 14 com os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), Nilmário Miranda, e da Casa Civil, José Dirceu na reinstalação da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, na qual o secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, deverá dar posse aos quatro novos integrantes da Comissão. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 13/08/03; O Estado de S. Paulo – Nacional – 14/08/03; Correio Braziliense – Política – 12/08/03; Correio Braziliense - 13/08/03; Correio Braziliense – Política – 14/08/03; O Globo – O País – 14/08/03)

Israel poderá usar a Base de Lançamentos de Alcântara

O governo de Israel poderá usar a base de Alcântara, no Maranhão, para lançamento de satélites; a liberação faz parte de um intercâmbio na área de ciência e tecnologia. (O Estado de S. Paulo – Geral -15/08/03)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S.Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista FAPESP, Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira e Leonardo D'Allevedove, bolsistas CNPq/Pibic, e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.